



Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória
Termo de Referência

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação direta por dispensa

SUMÁRIO

1.	DO OBJETO	2
2.	DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	2
3.	DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	3
4.	DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	4
5.	DO REGIME DE EXECUÇÃO	4
6.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
7.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	4
8.	DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA	7
9.	DAS INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO	8
10.	DOS LOCAIS, PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA	8
11.	DA SUBCONTRATAÇÃO	9
12.	DO PAGAMENTO	9
13.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	12





Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória

Termo de Referência

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência a aquisição de café torrado e moído, açúcar e adoçante líquido, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Quadro de quantitativos e descrição dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
1	Café torrado e moído 250 gramas, embalagem: vácuo Unidade de medida: pacote	500
2	Açúcar cristal, 5kg Unidade de medida: pacote	15
3	Adoçante líquido transparente, bico dosador, frasco de 100ml	20

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 20.934/2022.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 Especificações do café:

- I. Ser torrado e moído em primeira qualidade. Ser do tipo **Tradicional** ou **Extraforte** com selo de qualidade;
- II. Ser empacotado a alto vácuo em pacotes de 250 gramas;
- III. Ter validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de sua entrega. Devem constar em sua embalagem a data de fabricação e validade;
- IV. Sua composição deve ser, preferencialmente, 100% arábica;
- V. O aroma deve ser de suave a intenso, o amargor de leve a moderado, o sabor característico e agradável ao paladar, acidez baixa e corpo médio ou encorpado;
- VI. O produto deverá ser do tipo exportação e apresentar o Selo de Pureza ABIC, bem como o Certificado de Autorização ao Uso do Selo de Pureza ABIC com validade de 6 (seis) meses.

2.2 Especificações do açúcar:





Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória

Termo de Referência

- I. Ser cristal especial de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar;
- II. De aspecto sólido com cristais bem definidos, super peneirado e de cor branca;
- III. A embalagem deve conter os dados de identificação, marca do produto e data de fabricação e validade;
- IV. Deve ter validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega;
- V. Deve estar acondicionado em fardos plásticos ou de papel contendo pacotes plásticos (polietileno) transparentes, devidamente rotulados;
- VI. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde.

2.3. Especificações do adoçante

- I. O produto deve ser líquido, e ter no rótulo a informação de que se trata de bebida do tipo dietética, de baixa caloria;
- II. Deverá conter bico dosador;
- III. Deverá ter registro no Ministério da Saúde;
- IV. O produto poderá ser de sucralose, ciclamato, sacarina sódica ou stevia.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 A aquisição de café se faz necessária para suprir a demanda do Ipamv, em razão do consumo diário por parte de autoridades, servidores, prestadores de serviço, segurados e visitantes. Com a presente aquisição, pretende-se alcançar melhoria nas condições de trabalho em cada setor, propiciando um conforto e, ao mesmo tempo, promovendo uma política de bom atendimento aos assegurados e visitantes do Instituto. Já a aquisição de açúcar e adoçante, visa ao atendimento das necessidades de consumo de cafés e bebidas que precisam, muitas vezes, ser adoçados para um paladar mais agradável. No que tange ao adoçante, trata-se de produto de uso indicado para pessoas que têm restrição ao consumo de açúcar por situações de doença, como diabetes, problemas cardiovasculares, hipertensão e obesidade.

3.2 A escolha do café embalado a alto vácuo tem como objetivo evitar a decomposição dos elementos, mantendo um aroma mais forte e o sabor intenso concentrado por mais tempo, tendo





Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória

Termo de Referência

em vista que a compra é para o consumo em 12 (doze) meses. Todas as características relacionadas a aroma e composição visam à aquisição de um produto de boa qualidade. Optamos pelo açúcar cristal pelo seu sabor suave e por ser útil nas situações em que precisamos de um aumento imediato de disposição e concentração, como no trabalho ou em momentos de fadiga.

3.3 As quantidades tanto de café quanto de açúcar e adoçante têm como objetivo suprir as necessidades de consumo por aproximadamente 12 (doze) meses.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 A presente contratação será realizada com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021.

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 Os recursos orçamentários para o cumprimento das obrigações assumidas pelo CONTRATANTE para pagamento do serviço, correrão por conta da:

- **Classificação Funcional:** 09.122.0035.2.0154 – Manutenção dos Serviços Administrativos.
- **Naturezas de Despesa:** 3.3.90.30.07 – Gêneros de alimentação.
- **Fonte de Recursos:** 1.802.0000.0000 – Recursos da Taxa de Administração.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 A Contratada que infringir as normas constantes deste Termo de Referência ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I. Advertência, nos casos de inexecução parcial que não acarretem prejuízos significativos para a Administração.





Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória

Termo de Referência

II. **Multas** nos seguintes casos e percentuais:

a) Multa de Mora: Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviços (OS) até 30 (trinta) dias: 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da parcela descumprida;

b) Multa Compensatória: Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviços (OS) superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;

c) Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou assinar a Ordem de Serviços (OS) e/ou Contrato, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

d) Multa Compensatória: Por entregar em desconformidade, injustificadamente, o objeto contemplado na Ordem de Serviços (OS): 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;

e) Multa Compensatória: Por deixar de manter as condições de habilitação durante toda a vigência contrato: 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;

f) Multa Compensatória: Por inexecução parcial, injustificada, da Ordem de Serviços (OS): 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

g) Multa Compensatória: Por inexecução total, injustificada, da Ordem de Serviços (OS). Caracterizada pelo atraso na execução dos serviços de 15 (quinze) dias: 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial.

III. **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Vitória:

a) Dar causa à inexecução parcial da Ordem de Serviços e/ou do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: até 02 (dois) anos;





Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória
Termo de Referência

- b)** Dar causa à inexecução total da Ordem de Serviços e/ou do contrato, caracterizada pelo atraso na execução dos serviços de 30 dias: até 03 (três) anos;
- c)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: até 02 (dois) anos;
- d)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: até 03 (três) anos;
- e)** Não celebrar o contrato/instrumento congênere ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: até 03 (três) anos;
- f)** Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado, superior a 30 (trinta) dias: até 03 (três) anos.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos seguintes casos:

- a)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;
- b)** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação; e,
- e)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo específico que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

7.3 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 16.522/2015.





Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória
Termo de Referência

7.4 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública, previstas na Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito previsto na Lei nº 14.133/2021.

7.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

7.7 Na aplicação das sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.1 Para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III.** Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;
- IV.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- V.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos mobiliários inerentes às atividades comerciais (ISS/ISQN e outros);
- VI.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- VII.** Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.





Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória
Termo de Referência

9. DAS INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A Gestão desta contratação será realizada pelo(a) servidora Fabíola Mazzini Leone, telefone (27) 3325-4007, e a Fiscalização será realizada pelo(a) servidor Hudson Rodrigues dos Santos Filho, telefone (27) 3325-4003, ou por outro servidor designado, por meio de Ato de Designação do Presidente do Instituto.

10. DOS LOCAIS, PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1 A entrega do objeto da presente aquisição dar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), em remessa única.

10.2 A entrega deverá ser realizada no seguinte endereço: Rua Chafic Murad, nº 712, Bento Ferreira, Vitória-ES. CEP.: 29050-660

10.3 O horário de recebimento será de 8h30 às 15h30.

10.4 O local de fornecimento poderá sofrer alteração, a critério da administração, mediante prévia comunicação ao Fornecedor.

10.5 O fornecedor deverá atentar para o cumprimento dos prazos, sob pena de aplicação de sanção, em caso de atraso injustificado.

10.6 A entrega deverá acompanhar cópia da Autorização de Fornecimento (AF) ou a Nota Fiscal que deverá conter os dados principais do processo de aquisição (nº Processo e nº AF) a fim de facilitar o recebimento do objeto e agilizar o processo de pagamento.

10.7 O fornecedor fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho ou contrato, atentando para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.





Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória

Termo de Referência

10.8 O fornecedor deverá garantir a qualidade do objeto, devendo, ainda, quando solicitado, substituir prontamente o que porventura não atenda aos requisitos contratados, sob pena das sanções cabíveis.

10.9 O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.10 O recebimento provisório deverá ocorrer de forma imediata (no ato da entrega do objeto).

10.11 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.12 Os bens serão recebidos, definitivamente, por servidor ou comissão designada, no prazo de até 7 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.13 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.14 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

12. DO PAGAMENTO

12.1 A CONTRATADA deverá realizar a solicitação de pagamento, enviando a Nota Fiscal ou documento de cobrança correspondente, juntamente com a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, para o endereço de e-mail ipamv.cmp@ipamv.org.br.





Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória
Termo de Referência

12.2 A liquidação da despesa será realizada no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

12.3 Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto, o fiscal da contratação deverá encaminhar imediatamente (no mesmo dia) o processo para o setor responsável pela liquidação da despesa.

12.4 O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

12.4.1 Para atesto da execução dos serviços serão observados os seguintes aspectos:

- a) **Critério de Avaliação:** Fornecimento;
- b) **Tipo de pagamento:** Único.

12.5 A(S) NOTA(S) FISCAL(IS) OU DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA EQUIVALENTE(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) PARA CADA FONTE DE RECURSO, COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NO ORDEM DE SERVIÇOS.

12.6 Na emissão da Nota Fiscal, o fornecedor deverá descrever: o objeto, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do processo que originou a contratação; número do contrato; número da Ordem de Serviços; e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

12.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.8 A Nota Fiscal ou Documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;





Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória

Termo de Referência

III. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

IV. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, que deverá atender ao seguinte:

a) Comprovar a regularidade referente aos Tributos Mobiliários, inerentes às atividades comerciais (ISS/ISQN e outros);

b) Comprovar a regularidade referente aos Tributos Imobiliários, inerentes à posse, propriedade e/ou domínio útil de imóveis (IPTU e outros), ou documento equivalente quando não possuir registro junto ao respectivo Cadastro Imobiliário.

V. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

VI. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

VII. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória.

12.9 Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da CONTRATADA, ela será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

12.10 Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

I. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar o requisitante;

II. Inadimplência de obrigações assumidas pelo fornecedor para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Termo de Referência;

III. Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

12.11 É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação.

12.12 É expressamente vedado a contratada a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.





Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória
Termo de Referência

12.13 A CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento das obrigações aqui assumidas, facultando o exercício do contraditório.

12.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser atualizado monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$VM = VP \times \frac{I}{360} \times N$$

Onde:

VM = Valor da multa financeira;

VP = Valor da nota fiscal referente ao mês em atraso;

I = IPCA-IBGE;

N = Número de dias em atraso.

12.15 Deverão ser observadas as disposições do Acórdão PGM nº 006/2006.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 São obrigações da CONTRATANTE:

13.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

13.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;





Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória
Termo de Referência

13.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

13.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

Vitória (ES), 03 de fevereiro de 2025.

FABIOLA MAZZINI
LEONE:030998547
19

Assinado de forma digital
por FABIOLA MAZZINI
LEONE:03099854719
Dados: 2025.02.03
13:15:40 -03'00'

Fabiola Mazzini Leone
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

FABIOLA MAZZINI
LEONE:03099854
719

Assinado de forma digital
por FABIOLA MAZZINI
LEONE:03099854719
Dados: 2025.02.03
13:16:13 -03'00'

Fabiola Mazzini Leone
Gestor
HUDSON RODRIGUES
DOS SANTOS
FILHO:19594007702

Assinado de forma digital por
HUDSON RODRIGUES DOS
SANTOS FILHO:19594007702
Dados: 2025.02.03 13:22:02
-03'00'

Hudson Rodrigues dos Santos Filho
Fiscal

APROVO OS TERMOS CONSTANTES DO PRESENTE DOCUMENTO E AUTORIZO O PROSSEGUIMENTO DA CONTRATAÇÃO:

TATIANA PREZOTTI
MORELLI:03114170
781

Assinado de forma digital
por TATIANA PREZOTTI
MORELLI:03114170781
Dados: 2025.02.03
13:56:27 -03'00'

Tatiana Prezotti Morelli
Presidente Ipamv

